

**DISCURSOS SOBRE A REFORMA TRABALHISTA EM LIVROS DIDÁTICOS DO
NOVO ENSINO MÉDIO**

***DISCURSOS SOBRE REFORMA LABORAL EN NUEVOS LIBROS DE TEXTO DE
NUEVO ENSEÑANZA MEDIA***

DISCOURSES ABOUT LABOR REFORM IN NEW HIGH SCHOOL TEXTBOOKS



Élida Karla Alves de BRITO
e-mail: elida.brito17@hotmail.com



Francisco Vieira da SILVA
e-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

Como referenciar este artigo:

BRITO, É. K. A. de; SILVA, F. V. da. Discursos sobre a reforma trabalhista em livros didáticos do Novo Ensino Médio. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 14, n. 00, e024003, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v14i00.18640>



- | Submetido em: 12/02/2024
- | Revisões requeridas em: 24/04/2024
- | Aprovado em: 03/06/2024
- | Publicado em: 16/07/2024

Editor: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RESUMO: Esta pesquisa irrompe no cenário reformista que marca o Brasil durante o governo de Michel Temer, de modo específico, o objetivo deste estudo é analisar discursos sobre a Reforma Trabalhista implementada pela Lei n.º 13.467 de 2017. As postulações reformistas promovem drásticas mudanças no cenário laboral através de uma flexibilização total das relações de trabalho. Para tanto, analisamos, a partir do arcabouço foucaultiano, dizeres presentes nos livros didáticos que tratam do tema trabalho e compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático, edição de 2021, em conformidade com a Reforma do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) e com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio de 2018. A metodologia segue um viés descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. A análise de trechos extraídos de cinco livros didáticos possibilita problematizar como a reforma trabalhista é discursivamente apresentada para atender às demandas neoliberais. Isso implica na pressuposição de trabalhadores flexíveis, capazes de desenvolver competências e habilidades que os adaptem a um ambiente de trabalho caracterizado pela insegurança, desregulamentação e vulnerabilidade. Essas condições se estendem às bases educacionais, moldando-as para operar dentro de uma lógica governamental neoliberal que orienta o comportamento do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Livro Didático. Reforma Trabalhista. Novo Ensino Médio.

RESUMEN: Esta investigación irrumpe en el escenario reformista que marcó a Brasil durante el gobierno de Michel Temer, específicamente, el objetivo de este estudio es analizar los discursos sobre la Reforma Laboral implementada por la Ley 13.467 de 2017 por parte del entonces presidente Michel Temer. Los postulados reformistas promueven cambios drásticos en el escenario laboral a través de una total flexibilización de las relaciones laborales. Para ello, analizamos, con base en el marco foucaultiano, enunciados presentes en los libros de texto que abordan el tema del trabajo y conforman el área de Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas, aprobado por el Programa Nacional del Libro y Material Didáctico, edición 2021. , de conformidad con la Reforma de la Nueva Educación Secundaria (Ley n.º 13.415/2017) y la Base Curricular Común Nacional para la Educación Secundaria de 2018. La metodología sigue un sesgo descriptivo-interpretativo de carácter cualitativo. El análisis de fragmentos recogidos de cinco libros de texto nos permite problematizar que la reforma laboral es discursivizada para atender demandas neoliberales, presuponiendo trabajadores flexibles, que desarrollan capacidades y habilidades que los adaptan a un marco de inseguridad, desregulación y vulnerabilidad del sector laboral que se extiende a las bases educativas con miras a actuar de acuerdo con un proyecto de gubernamentalidad neoliberal del sujeto.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Libro de texto. Reforma Laboral. Nueva Escuela Secundaria.

ABSTRACT: *This research breaks into the reformist scenario that marked Brazil during the government of Michel Temer, specifically, the objective of this study is to analyze speeches about the Labor Reform implemented by Law 13,467 of 2017. by the then President Michel Temer. Reformist postulations promote drastic changes in the labor scenario through total flexibility of work relations. To this end, we analyzed, based on the Foucauldian framework, statements present in textbooks that deal with the topic of work and make up the area of Applied Human and Social Sciences, approved by the National Book and Teaching Material Program, 2021 edition, in accordance with the Reform of the New Secondary Education (Law No. 13,415/2017) and the National Common Curricular Base for Secondary Education of 2018. The methodology follows a descriptive-interpretive bias of a qualitative nature. The analysis of fragments collected from five textbooks allows us to problematize that labor reform is discursive in order to meet neoliberal demands, presupposing flexible workers, who develop skills and abilities that adapt them to a framework of insecurity, deregulation, and vulnerability of the labor sector that it extends to the educational bases with a view to acting in accordance with a project of a neoliberal governmentality of the subject.*

KEYWORDS: *Discourse. Textbook. Labor Reform. New High School.*

Introdução

O neoliberalismo, apesar de se apresentar como um regime econômico, estende seus tentáculos a todas as esferas da vida social; suas formulações atingem e precarizam significativamente os direitos sociais, dentre eles, os direitos trabalhistas. Foucault (2008a), ao traçar uma genealogia das práticas de governo dos sujeitos, descreve também as estratégias de saberes e poderes por meio dos quais os sujeitos passam a ser assujeitados, modulados e forjados, a partir de elementos estratégicos de governamentalização da vida.

Em suma, Foucault (2008a) compreende que a governamentalidade determina o modo como devemos nos reconhecer enquanto indivíduos, definindo as subjetividades ou, em outras palavras, produzindo modos de subjetivação que sejam úteis para se governar.

Nesta perspectiva, o neoliberalismo enquanto técnica de governo opera por meio de procedimentos de poder que tencionam encolher a responsabilidade do Estado para com os gastos com os sujeitos, tornando-os responsáveis por si mesmos (Dardot; Laval, 2016). Além disso, enfraquece e precariza os direitos e as condições daqueles que buscam se manter no mercado de trabalho. A exemplo disso, temos a atuação por meio da lógica de rendimento, que torna o trabalhador cada vez mais produtivo, porém, sem que a seguridade de direitos seja garantida.

Diante dessa composição, o cenário trabalhista brasileiro começa a se modificar com mais efervescência em 2017, ao promover atualizações que se aproximam dos ideários

neoliberais com a aprovação da Reforma Trabalhista (RT) sob a Lei 13.467/2017, que implementa uma flexibilização total das relações de trabalho (Antunes, 2020). A RT emerge no Brasil em um cenário marcado por acontecimentos políticos e sociais que resultaram no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff no decorrer do seu segundo mandato, em 2016. Diante da instauração da crise e com a assunção de Michel Temer (2016), os interesses que subjazem a RT se ampliam, principalmente, sob o pretexto de ser necessário a adoção de medidas urgentes para combater o elevado índice de desemprego ocasionado pela crise econômica.

Nesse cenário, a proposta de reforma das leis trabalhistas é discursivamente apresentada como uma solução para modernizar as relações de trabalho, enfrentar o aumento do desemprego e impulsionar a economia brasileira. É importante ressaltar que desde a década de 1990 os direitos trabalhistas dos brasileiros têm sido progressivamente prejudicados, com medidas de flexibilização introduzidas já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), conforme observado por Antunes (2020). No entanto, foi com a aprovação da Reforma Trabalhista que se percebeu de forma mais evidente as mudanças no contexto laboral brasileiro.

Conforme Dardot e Laval (2016, p. 20), “[...] o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades”, que se encaminham também para a nova compreensão de trabalho e de trabalhador empregada nesse regime que se desenvolve por meio do incentivo ao empreendedorismo, à concorrência, à flexibilização e à produção, colocando o sujeito como responsável pelo seu sucesso ou fracasso no mercado. Assim sendo, Dardot e Laval (2016) pontuam que a produção de sujeitos agenciada pela racionalidade neoliberal é bem articulada com as maneiras de gestão utilizadas pelas empresas, que parecem estar em constante avaliação do desempenho de funcionários.

Partindo deste cenário, situamos o objeto de estudo deste artigo, os discursos sobre a Reforma Trabalhista nos livros didáticos do Novo Ensino Médio (NEM), de modo a problematizar se esses materiais se mostram críticos à essa reforma ou se aderem aos seus anseios. Quanto à estrutura, o trabalho está organizado em cinco seções, incluindo a presente seção introdutória. O tópico seguinte se volta para a discussão dos conceitos que subsidiam a nossa pesquisa, como as noções de trabalho no NEM, bem como a noção de discurso, enunciado e as relações de saber e poder que aí se avizinham. Posteriormente, a terceira seção que é de ordem metodológica. Na quarta seção, têm-se as análises dos livros didáticos de Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas sobre o trabalho e, por fim, tecemos algumas considerações com fins conclusivos.

Reflexões sobre discurso, biopoder e governamentalidade neoliberal no NEM

Notas sobre discurso e poder: um olhar foucaultiano

Foucault (2010, p. 6) buscava identificar, nas práticas discursivas, como elas poderiam atuar para a construção das matrizes de conhecimento, com o intuito de investigar, nessas práticas, “[...] as regras, o jogo do verdadeiro e do falso e, [...] as formas de verificação”. A pretensão foucaultiana era a de analisar as aparições, as permanências e as descontinuidades dos discursos e dos saberes que são por eles mobilizados. Nesse contexto, o ato de escavar na história a irrupção dos discursos vislumbra também a tentativa de compreender como os saberes se formam e emergem em determinada época e lugar e não em outro. Conforme o autor, “[...] deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa no meio de outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 2004a, p. 31).

O caminho analítico percorrido por Foucault (2004a) investiga os discursos a partir das regularidades que os constituem e sistematizam o conceito de formação discursiva, que, de acordo com Foucault (2004a), estão relacionadas a um certo número de enunciados que aparecem em um regime de dispersão. Ainda sobre a formação discursiva e as suas regularidades, Foucault (2004a) salienta que, para entender esse conceito, é necessário compreender quatro elementos que estão presentes no discurso, a saber: a *formação dos objetos*, das *modalidades enunciativas*, das *estratégias* e das *conceitos*.

Foucault (2004a) investiga que as formações discursivas, que se configuram pela justaposição de enunciados, contribuem para a formação de regularidades temáticas e, conseqüentemente, para a constituição de campos de saber. A partir dessas formulações, entende-se que o discurso, em sua emergência, não é neutro, pois desde a formulação dos enunciados já se sustenta a compreensão de que:

[...] não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele sempre se integra em um jogo enunciativo, em que tem sua parte, por pouco importante ou ínfima que seja (Foucault, 2004a, p. 112).

Desse modo, o discurso que se manifesta através dos enunciados possui um caráter material que se realiza enquanto um saber prático, histórico e social; que envolve os sujeitos em relações de poder que os atravessam. É partindo dessa instância, do discurso como um campo de saber agente, que a obra foucaultiana se volta para a analítica do poder, buscando esquadriñar a sua gênese ou, em outras palavras, a sua genealogia.

Segundo Machado (2012, p. 120), “[...] a genealogia é uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos”. Refere-se, portanto, a uma análise do poder para explicar como os saberes eclodem e quais as condições de possibilidade externas que permitem o seu aparecimento e suas articulações com campos como a política. Nessa perspectiva, é válido salientar que, conforme as prerrogativas foucaultianas, não existe uma neutralidade no saber. Por isso, este é compreendido como parte constitutiva de um dispositivo político muito bem articulado com preceitos econômicos, pois, conforme Machado (2012), a genealogia coloca em questão justamente a formação dos domínios de saber a partir de práticas e políticas disciplinares. Sobre esse aspecto, Foucault (2010, p.6) advoga que o que se coloca em jogo no período genealógico é a análise das chamadas “matrizes normativas de comportamento”, com vistas fazer uma análise do poder e de suas manifestações e da constituição dos sujeitos imersos nas técnicas e nos procedimentos das relações de saber e poder.

Notas sobre biopoder e governamentalidade neoliberal no NEM

Foucault em *Nascimento da biopolítica*, assinala que a relação economia e poder é demonstrada, sobretudo, através das teorias econômicas, o liberalismo e a sua mutação, o neoliberalismo, e como elas podem ser compreendidas como a razão de existência da biopolítica. De acordo com Foucault (2008a), é por meio do crescimento econômico e de sua perpetuação ao longo da história que a biopolítica funciona. Nessa perspectiva, Castro (2015, p. 86) salienta que a noção a guiar o estudo feito por Foucault é a de que a biopolítica, para ser conhecida, exige também a compreensão do contexto geral e político da racionalidade liberal “[...] porque o liberalismo não se reduz a ser uma teoria econômica, mas é, sobretudo, uma concepção político-antropológica”.

Sobre esse aspecto, é válido ressaltar que, em sua gênese, o liberalismo defende a liberdade como um direito natural, que se aplica à economia, ao comércio, à propriedade privada e ao mercado, em detrimento de um domínio totalitário do Estado (Dardot; Laval, 2016). Se observado do ponto de vista político, conforme Foucault (2008b, p. 28), o

liberalismo produz traços de governamentalidade através de um “novo tipo de racionalidade”, que impõe à arte de governar “[...] um novo cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer”. É, então, a essa racionalidade, “constituída pela determinação das formas de autolimitação do exercício do poder do Estado” (Castro, 2015, p. 86), que Foucault chama de liberalismo.

Em linhas gerais, observa-se que:

Os liberais clássicos do século XVIII haviam encontrado no mercado o mecanismo que lhes permitia estabelecer quando se governava demasiado, ou seja, correta ou incorretamente. Por isso haviam posto o Estado sob a tutela do mercado (Castro, 2015, p. 86).

Nesse aspecto, é possível compreender que “[...] a preocupação fundamental do liberalismo é estabelecer as formas não estatais de governamentalidade do homem” (Castro, 2015, p. 85). Assim, ainda que, à primeira vista, o liberalismo apareça como uma suposta fuga ao poder estatal, Foucault (2008a, p. 40) chama atenção para o fato de que essa nova racionalidade que se imprime à arte de governar opera não como um inibidor das forças do Estado, mas como um “[...] princípio para a sua manutenção, para o seu desenvolvimento mais completo, para o seu aperfeiçoamento”.

Depreende-se daí que a ideia de liberdade prevista pelo liberalismo parece velar um interesse centrado na vigilância, na “limitação do exercício de poder estatal a partir da própria prática de governo. [...] A época do liberalismo não é a época da liberdade, mas da segurança” (Castro, 2015, p. 86). Dessa forma, o liberalismo delimitava a função do Estado, que consistiria não em garantir a vida, mas “[...] a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou processos intrínsecos da população” (Foucault, 2008b, p. 474). Dessa maneira, as influências mercadológicas que operam sobre o Estado e balizam as suas condições de ação e as técnicas de governamentalidade a serem utilizadas as configuram como relações de poder com o objetivo de servir aos quereres econômicos.

Foucault (2008b) atém-se, então, à análise da arte de governar e aos processos econômicos movidos pelo liberalismo e suas modificações, a saber: o neoliberalismo. Sobre a atualização do sistema capitalista através do regime neoliberal, observa-se a produção de relações de poder por meio de uma nova concepção de governamentalidade, pois, conforme Han (2018, p. 40), “o neoliberalismo [...] não se preocupa primariamente com o biológico, o somático, o corporal. Antes, descobre a psique como força produtiva”. Assim, o novo regime age não só no controle dos corpos, mas na psique dos sujeitos através de uma psicopolítica que utiliza as emoções como recursos de produção.

Destarte, a incorporação da psicopolítica ao neoliberalismo é observada através de uma série de comandos que reúnem as competências e habilidades inerentes ao seu projeto de um sujeito neoliberal, a saber: “[...] motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa são inerentes à técnica psicopolítica de dominação do regime neoliberal” (Han, 2018, p. 31).

Nessa mesma perspectiva, em sua análise do neoliberalismo, Foucault já atentava para a noção de que o alinhar da governamentalidade aos preceitos econômicos teria como finalidade a criação de um novo processo de subjetivação no qual não é mais o mercado, mas, sim, a empresa, que se torna um dispositivo das relações de poder e dita os modos de agir, os saberes, as verdades, as técnicas de governo e até mesmo os limites dos sujeitos (Castro, 2015).

A arte de governar, guiada pelo neoliberalismo, faz emergir uma nova concepção de sociedade, que não é “[...] uma sociedade de supermercado - uma sociedade empresarial. O *homo economicus* que se quer reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (Foucault, 2008a, p. 201).

Segundo Foucault (2008a), o governo empresarial, sob a perspectiva neoliberal, constitui uma trama social cuja base unitária é precisamente o formato de uma empresa. Nesse contorno, o todo social é esquadrihado por meio de micro gerências que vão desde uma casa individual até a gestão das pequenas comunidades, da família, da vizinhança.

É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que podemos chamar de poder enformador da sociedade (Foucault, 2008a, p. 203).

A lógica empresarial que se estabelece no corpo social atribui ao sujeito contemporâneo as características de um empreendedor que, ao gerir a si mesmo e impulsionado pelo espírito empresarial, se autoexplora (Han, 2018). E, assim, ao contrário do liberalismo, “[...] o problema do neoliberalismo é saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (Foucault, 2008a, p. 181).

Com esse intento, o regime neoliberal passa a permear os diferentes âmbitos da sociedade, podendo ser percebido, inclusive, na educação. Desse modo, o empresariamento que lhe é característico começa a constituir o plano de educação, através da impressão de uma lógica do mercado a esse setor. Se tomarmos como exemplo a implementação do NEM, é

possível se observar a emergência de discursos que se apoiam na racionalidade neoliberal nessa etapa da formação dos jovens.

Um dos lemas a ser destacado é a exaltação da noção liberdade de escolha. Conforme Han (2018), existe uma crise na concepção de liberdade na contemporaneidade. Ao que parece, a ideia de liberdade que emerge no NEM se constitui como um enunciado integrante de um mesmo regime discursivo, ou seja, como objeto de uma mesma discursividade, cujo domínio associado implica a adoção de ideias de flexibilização da vida, do abandono/afastamento do Estado na normatização das práticas sociais e ainda muito se aproxima de dizeres que repercutiram no campo educacional de que: “A universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil a sociedade”.¹

A fala do então Ministro da Educação Milton Ribeiro, em 2021, sugere que há um desinteresse de que a universidade seja para todos, bem como salienta a criação de um projeto de desvalorização do saber universitário. Segundo o ministro, os protagonistas do futuro serão os Institutos Federais, pois são capazes de formar técnicos e assim as Universidades já não seriam tão úteis à sociedade, a esse respeito destaca que: “Tenho muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande” (G1, 2021). É possível observar uma estratégia na fala do ministro para incentivar que os jovens despertem interesse pela formação técnica e priorizem a profissionalização em detrimento da formação universitária.

Se conjecturarmos junto a compreensão de Han (2018), logo veremos que a disseminação da ideia de liberdade é utilizada pelo regime neoliberal ao propagar a concepção de que o sujeito, “[...] enquanto projeto que se esboça livremente, é capaz de uma produção ilimitada” (Han, 2018, p. 15). Assim, a exaltação da liberdade é também uma nova forma de manter o indivíduo submisso ao sistema, visto que, ao acreditar que é totalmente livre para projetar o seu futuro e fazer escolhas para a sua formação, o sujeito jovem pode não questionar, por exemplo, que o seu poder de escolha no NEM é limitado a um cardápio de disciplinas que é previamente construído.

Ainda sobre esse aspecto, Dardot e Laval (2016) apontam que:

[...] a governamentalidade neoliberal escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos (Dardot; Laval, 2016, p. 20).

As manobras sutis do neoliberalismo orientam as condutas de modo que as escolhas dos sujeitos estejam em concordância com suas prescrições. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 20), isso é possível, pois “[...] o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades”, que se encaminham também para a nova compreensão de trabalho e de trabalhador empregada nesse regime que se desenvolve por meio do incentivo ao empreendedorismo, à concorrência, à flexibilização e à produção, colocando o sujeito como responsável pelo seu sucesso ou fracasso no mercado.

Dardot e Laval (2016) argumentam que esse contexto faz com que “[...] a vida seja uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade” (Dardot; Laval, 2016, p. 213). E, assim, o neoliberalismo também opera no plano subjetivo e “[...] o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Além disso, a busca pela conformidade aos padrões vigentes demanda que o profissional se prepare para desempenhar múltiplas tarefas. Para isso, é necessário desenvolver habilidades e competências socioemocionais que sejam valorizadas pelo mercado, possibilitando assim que o profissional garanta um perfil adequado para o trabalho.

É possível, então, formular uma compreensão geral de que o biopoder e a governamentalidade neoliberal encontram no Novo Ensino Médio (NEM), um catalisador para disseminar discursos sobre o trabalho sob uma perspectiva neoliberal. Isso se intensifica quando atribuem ao jovem a responsabilidade total pela construção de sua vida, ignorando as condições sociais e históricas que influenciam esse processo.

Diante desse contexto, iremos conduzir as discussões na próxima seção, buscando compreender os discursos relacionados à Reforma Trabalhista (RT) e sua conexão com o regime neoliberal. Vamos considerar os fatores que contribuem para a compreensão contemporânea do trabalho na ótica neoliberal, além de explorar a interação entre trabalho e educação nas Ciências Humanas e Sociais, e mergulhar no universo do trabalho no contexto do Novo Ensino Médio.

Procedimentos metodológicos

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, visto que a análise do objeto de estudo ocorre sem levar em conta dados quantitativos. (Prodanov; Freitas, 2018). Dentre as diversas abordagens qualitativas disponíveis, para a elaboração deste estudo foi adotada uma perspectiva descritivo-interpretativa (Bogdan; Biklen, 2010). Esse procedimento de análise envolve a descrição e interpretação de um *corpus* utilizando o método arqueogenalógico foucaultiano, o qual examina o discurso como um evento dentro dos jogos de poder e saber (Navarro, 2020). Este estudo foca na descrição e interpretação dos posicionamentos discursivos sobre a Reforma Trabalhista (RT) nos materiais didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio (NEM), com o objetivo de compreender a possível relação entre o surgimento desses discursos na educação básica e a disseminação dos ideais neoliberais.

Devidamente situado o universo da pesquisa, a coleta dos dados foi conduzida da seguinte maneira: a) consultamos o Guia do PNL 2021 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e visualizamos os livros que foram aprovados com o tema trabalho; b) buscamos, no *site* das respectivas editoras, e fizemos o *download* de dez livros didáticos: c) selecionamos, de maneira aleatória, cinco didáticos, a saber: *Diálogos: Importância do trabalho*, de Cláudio Vicentino; Eduardo Campos; Eustáquio de Sene, Editora Ática; *Humanitas - Política e mundo do trabalho*, de Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Faria; Jorge Ferreira, Editora Saraiva; *Módulos para o Novo Ensino Médio – Ética, política e trabalho*, de Roberto Catelli Júnior *et al.*, Editora AJS; *Conexão mundo – Trabalho e sociedade*, de Leandro Gomes *et al.*, Editora do Brasil; *Identidade em ação – Trabalho e tecnologia*, de Leandro Karnal *et al.*, Editora Moderna. Após a seleção do material, fizemos uma nova leitura com o intento de identificar os enunciados que corroboram para a compreensão e desenvolvimento do tema proposto.

Análise dos discursos sobre a reforma trabalhista em coleções didáticas do novo ensino médio

Partindo das discussões anteriores, observam-se nos materiais didáticos certos enunciados sobre a Reforma Trabalhista (RT), buscando traçar como esses discursos são construídos. Isso envolve investigar como esses discursos podem funcionar como mecanismos de governamentalização da vida dos jovens do Novo Ensino Médio (NEM), influenciados pelo neoliberalismo. Nesse sentido, analisemos:

A Lei n. 13 467/2017 implicou diversas mudanças, a começar pela jornada de trabalho, que pode chegar a 12 horas, desde que respeitadas as 44 horas semanais. O horário para almoço ou descanso a cada 6 horas de trabalho pode ser reduzido para 30 minutos. Além disso, as férias podem ser parceladas em três vezes e o imposto sindical tornou-se opcional. [...] Outras formas de trabalho foram instituídas: o trabalho intermitente, em que a pessoa recebe por horas trabalhadas, o que implica que pode haver intervalo entre horários que não será remunerado; o trabalho parcial, de até 30 horas semanais; e o *home office*. O banco de horas tem que ser compensado em seis meses, e não mais em até um ano (Vainfas; Farias; Ferreira, 2020 p, 125).

[...] as transformações na legislação trabalhista nos últimos anos acabaram minando muitos desses direitos – não sem forte resistência da classe trabalhadora organizada em movimentos, sindicatos e partidos. Seus defensores dizem que essas alterações são necessárias para adequá-las à realidade e à competitividade da atual economia e servem para preservar os empregos. A recente reforma trabalhista no país (Lei no 13.467, de 2017) instituiu o trabalho intermitente, por exemplo (Vicentino; Campos; Sene, 2020, p. 134).

Entre as principais transformações trazidas pelo conjunto de alterações legais que ficou conhecido como Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, destacou-se a entrada em vigor de mecanismos que tendem a privilegiar as negociações individuais de cada trabalhador com o empregador, para definir aspectos relacionados à remuneração e ao regime de trabalho, bem como para definir os termos de uma eventual demissão, com possibilidade de restrição de acesso a direitos anteriormente garantidos pela CLT, como seguro-desemprego [...] (Catelli Júnior *et al.*, 2020, p. 123).

O primeiro enunciado a ser analisado se encontra na coleção *Humanitas - Política e mundo do trabalho* e compõe as discussões sobre *trabalhadores e reestruturação produtiva e Reforma Trabalhista de 2017*. Adianta ao leitor as mudanças advindas da RT, como o parcelamento de férias, o trabalho em *home office* e a pausa para o almoço ou descanso, por exemplo. Observamos que essas mudanças são expostas como uma possibilidade de escolha, que direciona o entendimento de que se trata de benefícios que o trabalhador poderá escolher e não uma norma, uma imposição.

O segundo enunciado está localizado no subtópico *O problema do desemprego* e compõe as discussões inseridas no capítulo 4 - *Trabalho no mundo globalizado*, da coleção *Diálogos – Importância do trabalho*. A posição de sujeito traz elucidações que mostram o ponto de vista dos que defendem a reforma enquanto solução para modernizar e adequar o setor trabalhista aos moldes econômicos atuais, regidos pela competitividade. Conforme o posicionamento exposto na coleção, as transformações na legislação trabalhista acabam por cercear os direitos dos trabalhadores, mas, também, adianta aos estudantes que essas

modificações não ocorreram sem que houvesse manifestações de resistência por parte de movimentos da classe trabalhadora.

O terceiro enunciado em destaque faz parte do tópico *Desregulamentação e os direitos trabalhistas*, da coleção *Módulos para o Novo Ensino Médio – Ética, política e trabalho*. Nele, observa-se que as alterações da RT são ressaltadas a partir da observação das novas formas de negociações entre patrão e empregado, que passaram a ocorrer de modo direto sob o pretexto de proporcionar maior segurança jurídica e redução de gastos.

As materialidades trazem marcadores discursivos relacionados à governamentalidade neoliberal, conforme teorizado por Foucault (2008a), que se direcionam à RT como um panorama de insegurança e vulnerabilidade quanto às condições de trabalho e renda. Com o aumento do desemprego que, segundo Antunes (2020), é estrutural nesse regime, muitos brasileiros buscam no setor informal uma alternativa para adentrar no mercado de trabalho, e essa é uma esfera que, geralmente, não garante direitos.

Ao direcionarmos o nosso olhar de maneira mais aprofundada para a coleção *Humanitas - Política e mundo do trabalho*, analisemos a imagem de abertura da seção, que discute a RT (figura 01).

Figura 1 – Printscreen da coleção didática *Humanitas - Política e mundo do trabalho*



Fonte: Vainfas, Farias e Ferreira (2020).

O enunciado verbo-visual constitui uma charge do cartunista Alves, publicada em 2017. Esta representa a necessidade de o trabalhador se adaptar à dinâmica do capital e do empregador para poder se inserir no mercado; é isso que o “Quem quiser a vaga vai ter que sair daí” demarca nesse discurso. O patrão, que aparece de pé, e os trabalhadores, em posição

de submissão com expressões faciais assustadas, retomam um certo domínio de memória (Foucault, 2004a), referente à ideia de trabalho como servidão, bem como o referencial à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como algo que poderia proteger os trabalhadores, mas que, no enunciado, aparece como elemento divergente das condições empregabilidade, uma espécie de obstáculo para a consolidação de uma vaga.

Atentando para esses elementos discursivos, é possível problematizar sobre a existência de uma “política de adaptação”, como propõem Dardot e Laval (2016, p. 90), ao afirmarem que, “[...] numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como o sujeito vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter”. Em outros termos, embora seja retratado na materialidade o aumento da informalidade do trabalho, ela também deixa rastros que permitem uma reflexão sobre o imperativo de adequação do sujeito trabalhador a essa nova conjuntura, principalmente, pelo fato de a imagem estar acompanhada de dizeres que tencionam aplacar nos jovens os danos da RT ao indicar que “[...] a precarização do trabalho e a perda de direitos sociais não se limitam à sociedade brasileira. Elas ocorrem praticamente em todas as partes do mundo” (Vainfas; Farias; Ferreira, 2020, p. 16).

Além disso, é oportuno acrescentar que, em seguida a essa explanação sobre a precarização do trabalho como um problema global e não restrito ao cenário brasileiro, a coleção orienta na discussão do tema:

É necessário compreender os processos de conquista e perda de direitos pelos quais passaram os trabalhadores, que, nos primórdios do capitalismo, não tinham direitos trabalhistas, lutaram para conquistá-los, obtiveram esses direitos e, na contemporaneidade, perderam muitos deles. [...] A história do trabalho no Brasil demonstra que, como em outros países, direitos sociais e trabalhistas são conquistados, beneficiando os trabalhadores. Mas também podem ser perdidos, prejudicando-os (Vainfas; Farias; Ferreira, 2020, p. 142).

Nos enunciados, a posição de sujeito destaca para os jovens do Novo Ensino Médio (NEM) que os processos de regulamentação do trabalho, incluindo tanto conquistas quanto perdas de direitos sociais e trabalhistas, evoluem ao longo da história em resposta às mudanças na sociedade. Essas formulações podem servir como um mecanismo para disseminar um discurso que aparenta normalizar os impactos da Reforma Trabalhista (RT), especialmente ao equiparar a situação no Brasil com a de outros países, como uma simples consequência da globalização.

Essas formações discursivas, alinhadas com as demandas competitivas do mercado, não apenas destacam a importância de os trabalhadores se manterem atualizados, mas também contribuem para a formação de sujeitos competitivos diante da instabilidade do mercado comercial. Portanto, cabe aos indivíduos a responsabilidade por seus sucessos ou fracassos. É dentro desse contexto que analisaremos a próxima materialidade (Figura 02).

Figura 02 – *Printscreen* da coleção didática Diálogos - Importância do trabalho



A flexibilização das leis trabalhistas e a maior competitividade do mercado de trabalho geraram um discurso da necessidade da “reciclagem” do trabalhador.

Fonte: Vainfas, Farias e Ferreira (2020).

O posicionamento adotado na materialidade verbo-visual (Figura 02) enfatiza que a flexibilização das leis trabalhistas e as transformações que impactaram o mundo do trabalho e da produtividade estão fundamentadas na racionalidade neoliberal. Isso se evidencia nos efeitos de sentido provocados, que delineiam a formação do sujeito trabalhador exigindo constante atualização, como ilustra a imagem (Figura 02).

Conforme Dardot e Laval, “essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros [...]” (Dardot; Laval, 2016, p. 16). Observamos, ainda, a ausência de uma problematização mais aprofundada sobre a discussão que é levantada a respeito da reciclagem do trabalhador e sobre a configuração da carteira de trabalho como um elemento que não tem serventia para o novo contexto trabalhista. Tal conjuntura abre margem para a aceitação do discurso de necessidade de adaptação à informalidade e à precarização como a única alternativa possível para quem busca uma vaga no mundo do trabalho. Na contramão dessas questões, o exercício proposto busca apenas a interpretação da charge e colher a opinião do estudante sobre o tema.

NÃO ESCREVA NO LIVRO

Interpretar

1. Que mensagem é veiculada pelo cartum?
2. Você concorda com ela? Justifique sua resposta.

Veja as respostas no *Manual do Professor*.

Mais adiante, o estudante é direcionado a outra atividade que trata desse mesmo contexto, mas agora os questionamentos se direcionam a seu projeto de vida e às perspectivas dos jovens perante as atualizações do mercado: “De que forma você se vê nesse futuro que em breve se anuncia? Dedicando-se exclusivamente a um trabalho, a uma carreira, ou buscando conciliar as duas coisas?” (Vicentino; Campos; Sene, 2020, p. 143).

Essas perguntas buscam despertar nos sujeitos jovens uma reflexão sobre como se percebem nesse futuro iminente da globalização, das novas formas de produtividade e de competitividade do mundo do trabalho. E, ainda, direcionam o jovem a pensar se nesse contexto vai optar por uma carreira, isto é, uma estabilidade, algo mais formal, ou se vai se dedicar ao trabalho. O enunciado deixa entrever que existe um mundo de possibilidades para os jovens, no qual ele poderá até mesmo conciliar trabalho, carreira e estudo, por exemplo. Nesse aspecto, a atividade compactua com os moldes neoliberais para “[...] justificar as desigualdades cada vez mais profundas” que levam o sujeito “[...] a comportar-se como uma empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Os próximos enunciados foram destacados da coleção *Identidade em ação – Trabalho e tecnologia* e estão localizados no tópico *Diversas óticas*, cuja proposta é discutir sobre as mudanças no mundo trabalho e nas legislações que regulam as relações de trabalho por meio de dois textos, que apresentam pontos de vista diferentes sobre o assunto.

Texto 1: Desafios para a regulamentação do trabalho no futuro - “A Organização Internacional do Trabalho nos convida a refletir sobre os desafios para a regulação do trabalho no futuro – independentemente da problemática conjuntural sobre a reforma trabalhista no Brasil – para o que propõe como tema para a abordagem o levantamento de questões que não estão atualmente bem contempladas no arcabouço normativo. [...] Primeiramente, faz-se necessário esclarecer alguns pressupostos da regulação jurídica. Em seguida, serão abordados desafios atuais da interface entre direito e organização produtiva, como os trazidos pelas transições das formas de trabalho, que resultam em esforços de atualização das regulações do trabalho, expandindo as discussões para além do modelo clássico do fordismo e das fronteiras nacionais, mas sem perder de vista algumas das funções principais do direito do trabalho, de redução das desigualdades e de controle do poder econômico. Poder econômico. Na discussão sobre a regulação adequada ao direito do trabalho, deve ser destacada a forma complexa com que esse interage com as práticas laborais e com as relações de poder entre os atores envolvidos. O campo do direito, ao contrário do que muitas vezes é propagado, não está isento da influência de relações de poder e pelo desequilíbrio dos agentes sociais e econômicos, o que se coloca como um desafio no estabelecimento de regulações adequadas. [...] Prosseguindo em um mapeamento de questões não resolvidas quanto à relação de emprego, quatro pontos se destacam. O primeiro ponto abrange a transformação do tecido produtivo e [a] reorganização do capital produtivo.

Muitas das consequências da reestruturação produtiva não foram contempladas no direito, já que os conceitos de empresa e empregador cada vez mais se distanciam das configurações reais desses atores, exigindo um novo posicionamento não limitado às leituras tradicionais e restritivas. [...]” (Coutinho, S G. Os desafios para a regulamentação: questões que não estão bem contempladas no arcabouço legal. In: OIT. Futuro do trabalho no Brasil: perspectivas e diálogos tripartites. Genebra: OIT, 2018).

Texto 2: Modernização das relações de trabalho “Em 2017, a aprovação das leis 13.429/17 (terceirização) e 13.467/17 (reforma trabalhista) promoveu a modernização de pontos fundamentais das leis trabalhistas, adequando-as aos modelos de produção mais modernos e conferindo mais flexibilidade às relações de trabalho, o que era desejado por empresas e por trabalhadores. Agora, é necessário garantir a efetividade das leis aprovadas. É importante atuar para informar a sociedade sobre a importância da nova legislação e buscar a melhor aplicação possível dessas leis. Também é preciso que o país continue no caminho da modernização das relações trabalhistas. Ainda existem lacunas na legislação, que abrem espaço para interpretação e geram insegurança jurídica, e excessos de burocracia que precisam ser eliminados para reduzir custos e melhorar a eficiência das empresas e do Estado. O Brasil é um dos países com maior número de ações trabalhistas. O excesso de judicialização é agravado por um sistema lento e caro, que gera custos e incertezas. Espera-se que as mudanças da legislação trabalhista fortaleçam as negociações coletivas que podem, por meio do diálogo, ajustar condições de trabalho entre empresas e trabalhadores de modo que ambos saiam ganhando. É importante também avançar no fomento de alternativas para a solução de conflitos e reduzir a judicialização. Uma indústria competitiva e global exige relações de trabalho atualizadas, desburocratizadas, flexíveis e com maior liberdade de negociação entre trabalhadores e empregadores.” (CNI. Modernização das relações de trabalho. In: CNI. Mapa estratégico da indústria 2018-2022. Brasília: CNI, 2018.).

Destacamos a seção *Diversas óticas*, por trazer elucidacões sobre as mudanças no mundo do trabalho, que ampliam e aprofundam as discussões desenvolvidas ao longo do capítulo, buscam proporcionar aos jovens reflexões e condições para se posicionarem criticamente sobre os temas abordados, neste caso, sobre a RT. Começaremos pela materialidade que compreende ao texto 1 – *Desafios para a regulamentação do trabalho no futuro* e apresenta alguns desafios envolvendo a regulação legal do trabalho no Brasil. O enunciado destaca as divergências entre os agentes sociais e econômicos e as questões do direito do trabalho. De modo geral, os contratempos apontados pelo texto se referem à tentativa de desconstrução do assalariamento, às dificuldades do direito para atuar diante da flexibilização das relações de trabalho, bem como comenta sobre os processos de fragmentação que acompanham os novos modos de organização produtiva (Karnal *et al.*, 2020).

Não obstante, chama-nos atenção que o texto reforce logo nas primeiras palavras que essas são questões desafiadoras a serem pensadas “independentemente da problemática conjuntural sobre a reforma trabalhista no Brasil”, antecipando para o leitor, ainda, que se trata de uma proposição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que remete a “questões que não estão atualmente bem contempladas no arcabouço normativo” do trabalho no cenário mundial (Karnal *et al.*, 2020, p. 124). Logo, é possível conjecturar que há toda uma construção de sentidos em evidenciar que esses impasses não são um problema somente do Brasil e, aparentemente, não foram ocasionados pela aprovação da RT, apesar de serem intensificados por ela.

O texto 2 – *Modernização das relações trabalhistas*, apresenta as proposições RT sob uma perspectiva de modernidade. A utilização do termo ‘modernização’, por si só, já atribui à reforma um sentido de avanço, de melhorias e de progresso. O texto ainda intensifica essa questão destacando que, sem a reforma, há um “excesso de judicialização” nas relações trabalhistas e as novas formulações facilitarão pontos dissidentes, como os confrontos que geralmente ocorrem nas negociações entre empresários e trabalhadores, por meio do diálogo (Karnal *et al.*, 2020). Assim, o texto enfatiza que é urgente garantir a efetividade das leis aprovadas para que o país possa progredir nas relações trabalhistas e desfrutando de todos os ganhos de produtividade e de competitividade que as mudanças das leis trabalhistas podem gerar (Karnal *et al.*, 2020).

Ainda sobre as negociações entre trabalhadores e empresários, notamos que há um debate bem mais amplo do que o apresentado pelo texto 2, pois, no que compete aos trabalhadores, as negociações coletivas podem suscitar riscos e mais desigualdades, visto que esses sujeitos estão expostos a “variadas formas de contratação, especialmente com a ampliação da terceirização e da quarteirização” (Karnal *et al.*, 2020, p. 124). O Projeto de Lei n.º 4.330, apresentado à Câmara dos Deputados em 2004 e aprovado em 2015², propõe o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho decorrentes dele. Em termos gerais, a proposta sugere que os trabalhadores terceirizados não precisem mais ser representados pelos sindicatos de suas categorias. A justificativa é que o diálogo direto entre empresas e trabalhadores promoverá a negociação e, conseqüentemente, ambas as partes se beneficiarão.

² Ver mais em: <https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/04/entenda-o-projeto-de-lei-da-terceirizacao-que-sera-votado.html>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Esse mesmo assunto também aparece na coleção *Módulos para o Novo Ensino Médio – Ética, política e trabalho*. Nela, encontramos discussões semelhantes às expostas até então, trazendo posicionamentos contrários e favoráveis à terceirização na atividade intitulada *Ponto de vista*. O recorte contrário pontua que a terceirização precariza o trabalho nos mais variados aspectos tanto pelas condições de trabalho quanto pelos baixos salários e escassez de benefícios e, até mesmo, pela sistemática perda de direitos, evidenciando que “[...] o emprego formal com carteira assinada não é garantia de ‘trabalho decente’ não precário” (Catelli Júnior *et al.*, 2020, p. 126). Já a posição assumida favorável aponta que a discussão da terceirização é necessária, pois ela não encerra os direitos trabalhistas, ao contrário, advoga-se que “os direitos trabalhistas se manterão todos, mas os empregados estarão vinculados a outra empresa, a prestadora de serviço especializada” (Catelli Júnior *et al.*, 2020, p. 126). Encontramos também na coleção *Conexão mundo – Trabalho e sociedade* enunciados que tratam da discussão desse tema, conforme exposto a seguir (Figura 03).

Figura 03 - *Printscreen* da coleção didática *Conexão mundo – Trabalho e sociedade*



Fonte: Gomes *et al.* (2020).

É interessante observar que há, no limiar das atividades apresentadas nas materialidades, a recorrência das discussões sobre as configurações da RT e, mais especificamente, sobre a terceirização e as condições dos trabalhadores. Nesse contexto, mesmo que, a princípio, os enunciados destacados apresentem posicionamentos que remetam a uma dispersão e descontinuidade nos discursos, eles possuem, no entanto, uma “formação e organização do campo enunciativo em que aparecem e circulam” (Foucault, 2004a, p. 62).

Tanto os pontos de vista contra quanto os favoráveis à reforma trabalhista podem ser

correlacionados e suscitar “[...] deduções, definições, cuja sequência caracteriza a arquitetura de um texto” (Foucault, 2004a, p. 63), e a formação de um conceito sobre a RT.

As relações de poder só ocorrem em relação a sujeitos livres (Foucault, 2004b). A construção de que o trabalhador não necessitará mais recorrer aos sindicatos e ele mesmo, individualmente, poderá negociar com o patrão, exprime um poder disciplinar (Foucault, 2004b), que atua nas necessidades dos sujeitos trabalhadores. Dada a relação poder e liberdade, Foucault (2004b) concebe junto a estas a resistência como elemento inseparável.

A esse respeito, Revel (2005) adianta que

A resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (Revel, 2005, p. 74).

Os enunciados encontrados nas coleções visam construir um modelo específico de subjetivação: o do sujeito empresarial, orientado pelo mercado e pela competição, que impõe a exclusão como punição para aqueles que não se conformam com essas normas. Observa-se que a governamentalidade neoliberal utiliza instrumentos normativos para regular e moldar os sujeitos de acordo com seus interesses. No entanto, os livros didáticos analisados também adotam estratégias de resistência a essa governamentalidade, e a materialidade representada na Figura 03 pode ser vista como um exemplo disso, ao usar o humor para revelar como seriam as negociações trabalhistas em um ambiente de ampla terceirização.

Conforme Marinho (2020, p. 123) “as lutas antiautoritárias de resistência são plurais; imediatas; transversais; visam ao efeito do poder; questionam o estatuto do indivíduo; opõem-se aos efeitos de poder relacionados ao saber; são contemporâneas e perguntam por quem somos”. Nesse sentido, é viável, utilizando o arcabouço foucaultiano, buscar entender as formas de resistência como uma resposta às relações de poder estabelecidas pela governamentalidade neoliberal (Foucault, 2013) e explorar a concepção de um sujeito que se diferencia do modelo empresarial, competitivo e individualista, desafiando “tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo” (Foucault, 2013, p. 277).

Considerações finais

Conforme observado ao longo do artigo, o debate acelerado em direção à implementação das reformulações propostas para o cenário trabalhista é fortalecido pela construção de um discurso que apresenta a Reforma Trabalhista (RT) como a única perspectiva para a melhoria do setor. Espera-se que os novos arranjos, baseados na flexibilização, modernizem a economia e tornem o mercado mais competitivo e alinhado às demandas globais.

Neste contexto, este estudo teve como objetivo analisar os posicionamentos discursivos sobre a reforma trabalhista presentes nos livros didáticos do novo ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), edição de 2021. As análises focaram nos debates discursivos em torno da Reforma Trabalhista, considerando que a inclusão do tema trabalho no currículo médio ocorre em condições e circunstâncias similares à aprovação da RT.

Nas coleções analisadas, os posicionamentos discursivos reforçam as mudanças e delineiam um cenário de insegurança, desregulamentação e vulnerabilidade para os trabalhadores. A flexibilização, uma característica proeminente da reforma trabalhista frequentemente propagada pelos seus apoiadores, beneficia mais os empregadores do que os trabalhadores em busca de emprego. Essa flexibilidade permite aos empregadores ajustar horários e modalidades de contratação, potencializando a competitividade e lucratividade das empresas através de serviços mais ágeis. Conseqüentemente, é iminente o crescimento dos serviços terceirizados, nos quais a estabilidade do trabalhador é comprometida. Além disso, conforme as análises, observa-se que a empregabilidade resultante da reforma tende a precarizar o trabalho, aumentando a produtividade ao custo da segurança e proteção dos trabalhadores.

No âmbito das regularidades discursivas, destacam-se argumentos que enfatizam as divergências entre a Reforma Trabalhista e os direitos garantidos pela CLT, vistos como obstáculos à empregabilidade em um mercado competitivo devido aos custos associados à segurança jurídica dos trabalhadores. A reforma é apresentada como uma modernização das leis trabalhistas, sugerindo que o modelo tradicional de trabalhador formal está ultrapassado. Em contrapartida, os jovens são orientados a se prepararem para se tornarem empreendedores, prestadores de serviço ou terceirizados, figuras competitivas, empreendedoras e capazes de lidar com a instabilidade do mercado.

Esses discursos presentes nos materiais didáticos do novo ensino médio refletem uma racionalidade neoliberal que influencia o desenvolvimento de uma governamentalidade que regula o tempo, o corpo e a subjetividade dos jovens. A análise das regularidades discursivas nos livros didáticos revela uma constante tentativa de preparar os jovens para atender aos requisitos de um sujeito neoliberal, sujeito empresarial que constantemente gerencia suas competências e habilidades, sob risco de sanções se não atenderem aos padrões exigidos.

O papel do docente é crucial nesse contexto, pois pode atuar sobre os materiais didáticos para promover debates que estimulem análises críticas e questionamentos sobre os discursos presentes nos livros e na realidade vivida pelos estudantes. No entanto, as séries discursivas sobre a reforma presentes nas coleções analisadas se assemelham à emergência de discursos de natureza neoliberal, que também influenciaram reformas e ajustes no currículo da educação básica brasileira. Assim, é essencial que mais pesquisas sejam realizadas para compreender e problematizar esses aspectos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital do PNLd 2021**. Projeto de vida. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/componente-curricular/pnld2021-didatico-projeto-de-vida. Acesso em: 20 set. 2022.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

CATELLI JÚNIOR, R.; LA SALVIA, A.; SERAFIN, A. P. G.; ESCOURA, M.; SILVA, P. T.; ROCHA, R. **Módulos para o Novo Ensino Médio**: Ética, política e trabalho. São Paulo: AJS, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Còllege de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**: Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de: Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

G1. **Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'**. [S. l.], 10 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GOMES, S.; MARPICA, N. S.; MANFRINATI, P.; SILVA, S. M. **Conexão Mundo**: Trabalho e sociedade. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

HAN, B.-C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução: Maurício Liesen. Preparação: Ligia Azevedo. Revisão: Ana Martini e Fernanda Alvares. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné. 2018.

KARNAL, L.; FERNANDES, L. E. O.; BACKX, I.; VIEIRA, F. P. G.; ABREU, M.; MARTINI, A.; DEL GAUDIO, E. F. R. S.; COSTA, C. **Identidade em ação**: trabalho e tecnologia. São Paulo: Moderna, 2020.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

MARINHO, C. Novas relações de poder e novas resistências: corpos em aliança como resistência à precariedade neoliberal. In: MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. (org.). **Corpos em aliança**: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. 1. ed. Curitiba, Appris, 2020.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos, **Moara**, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2018.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

VAINFAS, R.; FARIA, S. C.; FERREIRA, J. **Humanitas**: política e mundo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2020.

VICENTINO, C.; CAMPOS, E.; SENE, E. **Diálogos**: Importância do trabalho. São Paulo: Ática, 2020.

Sobre os autores

Élida Karla Alves de BRITO

Escola Estadual Rafael Godeiro, Rafael Godeiro – RN – Brasil. Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO).

Francisco Vieira da SILVA

Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Caraúbas – RN – Brasil. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: A tradução do texto foi custeada por Edital de Incentivo à Publicação de Artigo Científico, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: O material pode ser encontrado no *site* das editoras.

Contribuições dos autores: **Élida Karla Alves da Costa** – concepção do artigo e desenvolvimento do desenho metodológico do estudo, redação do texto e construção das análises; **Francisco Vieira da Silva** – supervisão do texto, levantamento da literatura e redação da conclusão e revisão do manuscrito.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

